**Ata da 51ª Assembleia Ordinária do Conselho Deliberativo da**

**Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande**

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e vinte, às quatorze horas e treze minutos em segunda chamada, reuniram-se no ginásio de esportes Glorinha Futebol Clube, no centro de Glorinha/RS, os membros do Conselho Deliberativo da APA do Banhado Grande presentes para a Assembleia Ordinária, convocada pela Presidente do Conselho Deliberativo , Sra. Letícia Rolim Vianna.

UFRGS – Teresinha Guerra

Prefeitura de Glorinha – Priscilla Kiscporski

Prefeitura de Santo Antônio da Patrulha - Jordana Borba Gomes

Prefeitura de Gravataí – Valeska Marquette

FEPAM – Roberta Ferreira Soares

SEMA – Letícia Rolim Vianna

SEMA – Cecília Schuler Nin

SEAPDR – Eduardo Oslaj

Comitê Gravataí - Manoel Adam

Comitê Gravataí – Sergio Cardoso

AAFISE – Marthin Zang

STRSAP – José Samuel Santos

LBV – José Joaquim Rodrigues

EMATER – Suzana Lunardi

FIERGS - Tiago José Pereira Neto

FIERGS – Alcídio Eduardo Bottin da Silva

FIERGS – Leonardo Ritta

SINDIEOLICA – Daniela Cardeal

FARSUL – Marcelo Camardelli Rosa

Sind. Rural Gravataí Glorinha – Manoel Valim

APNVG – Tânia Maria Dias Peixoto

CURICACA – Alexandre Krob

AMBG – José Ernani Silveira

**1. Aprovação das atas da Assembleia Ordinária de (04 de novembro de 2019) e Assembleia Extraordinária (02 de dezembro 2019)**

**1.1. A reunião foi aberta pela presidente do Conselho, Letícia Rolim Vianna, que iniciou colocando em votação as atas da 51ª assembleia ocorrida em 02/09/2019 e da assembleia extraordinária ocorrida em 02 de dezembro de 2019, que foram aprovadas por unanimidade pelos presentes,**

**Sr. Paulo Heerdt Júnior justificou sua ausência via e-mail.**

**2. Novo Código Ambiental Estadual** **(LEI Nº 15.434/2020)**

**2.1. Alteração do Regimento Interno do Conselho da APABG** – Letícia (APABG/SEMA) relatou que segundo o Novo Código Ambiental Estadual (LEI Nº 15.434/2020) as APAs passam a ter seu Conselho Consultivo, e não mais deliberativo. Por conta disso algumas mudanças precisam ser feitas. Foram dadas duas alternativas: 1) Manter a CT de alteração do Conselho para tratar da alteração do Regimento Interno do Conselho da APABG ou 2) Formar outra CT para tratar da alteração do Regimento Interno do Conselho da APABG. Sergio Cardoso sugere uma terceira alternativa: 3) Que seja feito o convite a todos os conselheiros e que em 15 dias os interessados se manifestem quanto a sua participação no GT de alteração do Regimento Interno do Conselho da APABG. Foi aprovada por unanimidade a terceira opção.

**3. Relatos**

**3.1. Revisão dos Limites da APABG –** Por conta de solicitação feita pela Comissão contra o Aterro do Cantagalo (Viamão) ao Secretário Adjunto no final de 2019, foi pautada na Reunião Ordinária do CONSEMA ocorrida em 14/02/20 a “REVISÃO DOS LIMITES DA APABG”, e como encaminhamento, tivemos que o assunto será levado à Câmara Técnica Permanente para Assuntos Jurídicos do CONSEMA para análise da sua admissibilidade naquele fórum. A sugestão desta comissão advém da existência de uma área de recarga da APA do Banhado Grande que está fora dos seus limites e está com ameaça de construção de um aterro. Tendo em vista que segundo o Plano Estadual de Resíduos Sólidos, as áreas dentro de Unidades de Conservação, são impróprias para este tipo de empreendimento, esta seria uma forma de evitar a implantação deste aterro nesta área de recarga. Jordana e Manoel lembraram que anteriormente a essa solicitação, a Câmara de Vereadores de Santo Antônio da Patrulha já havia solicitado revisão dos limites da APA na região deste município para correção de distorções como áreas da Bacia dos Sinos que estão inseridas dentro dos limites da UC.

Leticia sugeriu que o Conselho emitisse manifestação via oficio ao CONSEMA informando que entende que esse debate deve ser feito dentro do Conselho da APA do Banhado Grande, inclusive por estar sendo debatido no Plano de Manejo de forma técnica.

Sergio Cardoso (Comitê Gravataí) comentou que o representante dos comitês de bacias no CONSEMA se posicionou na plenária dizendo que a instância deste debate é dentro do Conselho da APABG, ponderando que alterações nos limites deve ser através de Projeto de Lei, passando pela Assembleia.

Manuel Adam colocou a situação de Santo Antônio da Patrulha, que já solicitou um ajuste nos limites para coincidir com àquele da Bacia Hidrográfica.

Cecília (SEMA) disse que o acordo interno era de que essa discussão deveria ser feita dentro do Plano de Manejo e que devemos manter nosso acordo.

Tiago Pereira (FIERGS) se pronunciou em consonância com o que já havia sido dito. Informou que faz parte da CT permanente para assuntos jurídicos do CONSEMA que se colocou a disposição para fazer uma nota explicativa do contexto desse assunto no Conselho da APA. Entende que se deve aguardar a manifestação da CT de assuntos jurídicos, dizendo que possivelmente o jurídico entenderá que esse assunto deverá ser discutido no Conselho. Se colocou a disposição para articular isso no CONSEMA.

Sergio Cardoso (Comitê Gravataí) se pronunciou em favor da manifestação ao CONSEMA para colaborar na clareza a respeito da instância que isso deve ser debatido, inclusive dando subsídios a respeito do status deste assunto dentro do Conselho.

Deliberação: Foi colocado em votação a emissão de ofício pelo Conselho da APA ao CONSEMA informando que esse assunto já está sendo discutido no Conselho e no Plano de Manejo com subsídios técnicos para isso e que o Conselho tem interesse em manter essa discussão dentro deste colegiado. A emissão do oficio nos termos anteriormente citados foi aprovada por unanimidade.

**3.2. – Condomínio Aeronáutico Fly-In –** Letícia Rolim (SEMA) relatou a existência de processo de licenciamento ambiental para a instalação de um condomínio aeronáutico bem próximo e com uma área maior que a zona urbana de Glorinha, entre a ERS 030 e a BR290, muito próximo ao Banhado Grande, inclusive englobando uma parte dele, com solicitação no SOL de nº 63139. Em 2014 o empreendedor foi até o Secretário de Meio Ambiente da época que chamou as técnicas da APA para uma conversa, nessa conversa foi sugerido que o empreendedor apresentasse uma alternativa locacional. Letícia se comprometeu a enviar o polígono do empreendimento em kmz por e-mail para que os conselheiros iniciem uma avaliação prévia, para que no momento de uma manifestação formal por parte do Conselho, este assunto já esteja bastante dominado os conselheiros com opinião formada.

Em 2016 a FEPAM encaminhou a APA solicitação para manifestação na construção do termo de Referência, na época a gestora que respondia pela APA era a Salete Carbonera que passou para as técnicas fazerem o parecer. Foi feita uma série de considerações, uma delas é que o processo viesse para a APA para ser analisada sua viabilidade técnica. Até o presente momento esse processo ainda não passou pela APA e acreditamos que seja por não ter sido finalizado o estudo de impacto ambiental. Não foi encontrada nenhuma licença até o presente momento expedida pelo órgão licenciador para este empreendimento, apenas uma autorização para manejo de fauna silvestre em maio de 2019.

Marthin Zang (AAFISE) questionou sobre a necessidade de apresentação de alternativa locacional já que se trata de EIA/RIMA. Letícia e Cecília informam que na época sim, era necessário, hoje, depois da aprovação da Lei 15.434/2020, o novo Código Ambiental do Estado, não é mais.

Priscilla Kiscporski (Prefeitura de Glorinha) disse que ouviu comentários de que o empreendimento tem licença prévia, porém, realmente, não foi encontrada nenhuma licença até o momento. No seu relato disse que a bastante tempo soube da intenção de instalação deste condomínio porém nunca tinha se dado conta do local onde está prevista sua instalação. Quando o setor de projetos apresentou o polígono no setor de meio ambiente se preocupou por conta da grandeza do projeto, que é maior que a atual zona urbana de Glorinha, e sua localização, que engloba inclusive uma pequena parte do Banhado Grande. Disse também que ao que tudo indica, a gestão municipal apoia e aposta nesse projeto como um bom impulsionador da qualidade de vida da população Glorinhense. Disse que existe uma lei que transforma a área do empreendimento em zona urbana, que existe uma lei de incentivo fiscal, a isenção do ITBI, que é um imposto municipal, que caso o empreendimento venha a não se instalar neste local, a área voltará a ser classificada como área rural. Quando a equipe de projetos percebeu que Priscilla demonstrou preocupação quanto às questões ambientais, os documentos solicitados não foram mais apresentados com a justificativa de que não estavam sendo localizados.

É verdade que o empreendimento está prevendo a preservação de APP, que é uma área considerável, porém, segundo o projeto atual que ela teve acesso, aparentemente serão construídas muitas unidades habitacionais, pois os lotes previstos são pequenos, existe a necessidade de construção de pista de pouso e decolagem, está prevista a construção de açudes, e futuramente existe a intenção de construção de um grande paradouro com posto de combustíveis com entrada pela Free Way exatamente onde é o banhado, no polígono deste mesmo empreendimento. Essas são apenas algumas das particularidades que lhe foram apresentadas no momento e que lhe preocuparam do ponto de vista ambiental.

Sergio Cardoso (Comitê Gravataí) contou que em novembro foi aprovado na plenária do Comitê Gravataí uma solicitação de Moratória de Novos Empreendimentos para todos os municípios da bacia, que consiste em aprovação pela CORSAN de construção de novos empreendimentos apenas após a mesma informar de onde sairá o abastecimento de água para o mesmo. Que a CORSAN deve comprovar que existe capacidade hídrica e técnica para abastecimento de novos empreendimentos, mesmo que para isso precise apresentar novas soluções e investimentos. Esse assunto se encaixa na decisão de novembro do comitê e deve ser considerada nesse caso.

Cecília Nin (SEMA) lembrou que a possível construção deste condomínio aeronáutico era conflitante com a instalação de uma das linhas de transmissão da ELETROSSUL discutida em 2016 e que uma delas teve seu traçado alterado por conta desse fato.

Tânia Peixoto (APANVG) contou dos vários casos de empresas e empreendimentos que tentaram se instalar na região prometendo “mundos e fundos” e na sua opinião entende que a população não procura fazer uma análise crítica das promessas que chegam dos investidores e acabam por ser iludidas. Que o ganho é muito maior no âmbito da política do que efetivamente para a população.

Cecília esclareceu que esse processo de compra da área com isenção de ITBI ocorreu na gestão municipal passada.

Alexandre Krob (Curicaca) falou que o rito licenciatório é pragmático e deve ser pautado nas questões técnicas que envolvem o caso e que o resto não deve ser considerado.

Cecília Nin (SEMA) colocou a importância do Plano de Manejo no momento de avaliar a possibilidade de licenciamento de um empreendimento como esse, que em breve teremos os alvos de conservação estabelecidos e que a partir disso é que se pode avaliar se o empreendimento irá afetar negativamente algum alvo ou não.

**3.3. – Acordo da Pulverização –** Letícia Rolim (SEMA) resumiu como está o andamento do acordo de pulverização assinado com o Ministério Público em início de outubro de 2019, falou que desde a assinatura do acordo até o final de fevereiro haviam sido emitidos 13 pareceres, que esses pareceres as vezes eram oriundos da avaliação da hidrografia em mais de uma área do mesmo proprietário, que segundo o acordo, onde não havia conflito com a hidrografia oficial do Estado não tinha necessidade de avaliação e parecer da APA e que por isso não significa que apenas as áreas analisadas foram pulverizadas, que a maior dificuldade de cumprimento das questões do acordo foi fazer com que as empresas informassem da pulverização antes de ela ocorrer, e que houve apenas um relato de descumprimento da legislação, porém, apesar da orientação das técnicas da APA para que o afetado buscasse formalizar a denúncia, o mesmo não quis fazê-la. Também foi dito que apesar de não ter ficado registrado no acordo, a APA tem intenção de apresentar ao MP um relatório com as informações relevantes do período do acordo para finalizar o processo desta safra. Foi mostrado à plenária um mapa com as áreas de solicitação de pulverização.

Roberta Teixeira (Promotora de Justiça) disse que todas as solicitações do acordo por parte do MP estão sendo cumpridas e perguntou se as solicitações feitas pela APA estavam sendo cumpridas na integralidade ou não.

Letícia reforçou a informação de que no acordo ficou estabelecido que apenas as áreas com conflitos hidrográficos necessitam de parecer prévio da APA para pulverização, que todo o restante da legislação deveria ser cumprido pela aviação agrícola e que percebeu que apenas a informação prévia de dia da pulverização é que não foi 100% cumprida por parte dos pilotos. Na sua opinião, o grande ganho deste acordo foi o cumprimento da legislação vigente, que até então nem isso era cumprido.

Marcelo Rosa (FARSU) justificou a dificuldade de aviso prévio por ocasião da dependência de fatores climáticos para a pulverização e Letícia Rolim (SEMA) desconstrói esta justificativa informando que todas as empresas que pulverizaram até o presente momento tem seu whatsapp e que este canal poderia ter sido utilizado para agilizar a comunicação.

Manoel Adam (Comitê) falou que após o acordo todas as empresas de aviação agrícola estão muito atentas e cuidadosas com relação ao cumprimento da legislação e que se isso tivesse sido feito antes teria sido cumprido antes. Leticia lembra que a Instrução Normativa do MAPA que trata da aviação agrícola é de 2008 e que até a construção deste acordo que reforça as determinações legais do MAPA, essa legislação federal não era cumprida. Manoel lembrou da proibição geral da aviação agrícola na APA e Leticia informou que essa proibição aconteceu por conta do descumprimento total da IN MAPA 02/2008.

**3.4. – GT da Recuperação do Rio Gravataí** **–** Cecília relatou que Diretor Paulo Paim disse em reunião que seria formado um Grupo Técnico – GT para tratar dessa questão, porém isso ficou em stand by por um tempo e nós enquanto técnicos pressionamos para que esse GT fosse formalizado. Foi feita uma reunião chamada pela APA como as seguintes instituições: DRH, ASSTEC, DBio, UFRGS, APABG, Comitê Gravataí, FEPAM, METROPLAN. Em dezembro iniciou as discussões com esse grupo, no início do ano fizemos um campo com o Diretor do DBio na Fazenda 4 Irmãos, para mostrar a erosão no canal e as voçorocas e em média a cada 15 dias nos reunimos para construir soluções. O grupo entende que tem ações a curto, médio e longo prazo. A longo prazo as ações são as propostas pela METROPLAN para renaturalizar o rio onde está previsto inclusive EIA/RIMA. A médio prazo seria propor ações nas voçorocas com técnicas de bioengenharia, de fácil implantação e monitoramento, essa ação está prevista no processo de licenciamento da fazenda 4 irmãos como condicionante e temos a intenção de discutir essa recuperação da voçoroca diretamente com o empreendedor. O trecho a jusante, que está dentro de uma UC municipal de Gravataí também deve ser contemplado com obras de recuperação, porém, temos ideia de tentar captar recursos de Reposição Florestal Obrigatória- RFO para subsidiar a obra, inclusive já existe uma minuta de projeto para esse trecho. Todas essas ações também serão abordadas dentro do Plano de Manejo, porém existe uma certa urgência em iniciar essa recuperação pois a muitos anos existe esse esforço e até o momento nada foi concretizado.

Tânia perguntou quem assumiria os custos da recuperação das voçorocas e erosão do canal no trecho do “V”, e Cecília informa que isso não tem uma resposta imediata mas que será feita uma negociação diretamente com o proprietário, existe um entendimento de que as voçorocas devem ser recuperadas pelo proprietário, porém a erosão do canal é um tema a ser discutido em conjunto. Cecília relata que segundo os documentos oficiais do DNOS (inclusive mapas), a canalização foi feita até uma altura próxima de onde é hoje a ponte dos Barcelos, a partir deste ponto não foi obra do Estado, e sim de particulares. Leticia reforçou que toda a discussão será feita baseada em documentos oficiais, porém sempre no esforço de compor formas viáveis para todos de recuperar essa região bastante degradada.

Sergio Cardoso relembrou que nessa região, por vontade do Ex Diretor do DRH, Fernando Meireles, o Estado investiu R$420.000,00 oriundo de uma compensação da Celulose Riograndense, em estudos em uma área particular, e que até agora não existe um produto final, um resultado desses estudos. Sobre a METROPLAN, falou de todo o investimento financeiro feito nesse estudo que dividiu o rio em Baixo Gravataí, que é de grande interesse do mercado imobiliário, e Alto Gravataí que prevê pequenos barramentos que já estão aprovados, porém a um ano e meio a METROPLAN não consegue licitar o EIA/RIMA das obras aprovadas. Do dinheiro investido para esse estudo sobrou R$10.000.000,00, desse recurso, R$1.000.000,00 é pra fazer o EIA/RIMA, R$5.000.000,00 é para as obras no canal (rio Gravataí), isso significa que o dinheiro existe, porém em algum lugar está trancando e os trâmites desse processo não estão fluindo, causando prejuízos de toda a ordem para a bacia hidrográfica, pois se essa obra já existisse, a seca deste ano não seria tão danosa para os usuários. Há necessidade de se fazer a pressão necessária para que a obra e os estudos sejam executados. Explanou essa situação na intenção de fortalecer o trabalho do GT.

Terezinha perguntou de que forma essas empresas convidadas, METROPLAN, UFRGS e Comitê Gravataí fazem parte do GT. Letícia falou que a participação dessas entidades se dará com acompanhamento e contribuições. Cecília explicou que a METROPLAN era importante na construção das soluções pq tem projetos a serem executados dentro da bacia e é preciso um alinhamento das ações. A UFRGS, representada pela equipe do Prof. Laurindo, tem pesquisas e acompanhamento longo na região e tem muito a contribuir, e o comitê Gravatahy não pode deixar de se envolver em uma ação que afetará diretamente a quantidade de água e vazão do rio.

Marthin comentou que em setembro de 2019 o diretor Paulo Paim apresentou essa proposta de criação de um GT para recuperação do rio Gravataí para trabalhar todas as propostas existentes para essa área, e eram 3, que são: o projeto do Professor Laurindo, o projeto conhecido por “Dique do Professor Meireles” e o projeto oriundo dos estudos da METROPLAN. Pelo que entendeu o GT ainda não está oficializado e perguntou se existe um cronograma de atividades e reuniões. Cecília explicou que tem para disponibilizar as minutas das reuniões feitas até o momento, e a pouco tempo foi encaminhado uma minuta de ofício direcionado ao setor de irrigação solicitando encaminhamentos para início da discussão com o empreendedor da Fazenda 4 Irmãos a respeito de ações pontuais nas voçorocas nos próximos meses. Também foi encaminhado ao DBio uma minuta de Portaria para nomeação de membros e formalização deste GT, porém está aguardando a resposta das entidades que foram oficiadas para informar quem vai participar deste GT. Marthin seguiu dizendo que entende que estão faltando alguns elementos e deu como exemplo o seguinte: se estamos falando sobre os 3 projetos, não estamos necessariamente falando que iremos viabilizar um e inviabilizar os outros, mas o fato é que precisa existir perspectivas de intervenções, que lhe parece ser a médio/longo prazo, pois envolve negociações, recursos do Estado, licenciamento. Desta forma solicitou que seja incluído o Ministério Público pois entende ser um componente principal nessa articulação regional que envolve os estudos da METROPLAN. Cecília explicou de novo que a voçoroca é uma condicionante de licença, portanto é obrigação do empreendedor fazer o controle e recuperação, por isso estamos considerando esta ação como de curto prazo, já que sua licença expira em novembro e a renovação está condicionada a essa recuperação. Marthin interrompe para explicar sua fala dizendo que este GT trata de um problema de escala maior, não somente da voçoroca, e não não pode se misturar as duas coisas, lembrou que dentro do conselho existia um GT que tratava sobre esse assunto e pergunta se esse é o mesmo GT que está sendo formalizado agora. Cecília explicou que não é, trata-se de um GT multinstitucional que tem como objetivo a recuperação ambiental do rio Gravataí e que este vai tratar tanto das voçorocas quanto da erosão ao longo do rio Gravataí (Canal DNOS), disse que os 3 projetos estão sendo considerados, a pesar de já ter sido dito pelo Diretor do DRH que o “dique do Meireles” está descartado como solução para esta recuperação, mas os dados dos estudos serão considerados para a construção da solução deste problema. Outra questão que faz com que se considere a recuperação da voçoroca, uma ação a curto prazo, é o fato de estar previsto o uso de técnicas de bioengenharia que tem um custo menor. No trecho da lagoa da Anastácia, o Diretor Diego disse que existia o recurso da RFO disponível e que estava pronto para ser utilizado. Quanto a esse trecho já está minutado um projeto que vai ser discutido dentro do GT para fechar esse projeto e encaminhá-lo ainda esse ano.

Alexandre Krob, disse que as informações que o Sérgio e Marthin trouxeram elucidaram algumas coisas que ele não estava entendendo muito bem, mas se esse GT tinha uma finalidade de olhar um conjunto de alternativas e na reião da 4 Irmãos é onde estão postas as sobreposições ou complementaridades, seria interessante o GT dar um retorno aos conselheiros a respeito de como as 3 iniciativas serão articuladas de maneira conjunta, para evitar o risco de sobreposição de recursos, priorizar esforços onde houver volume maior de recursos e otimizar o recurso público. Entende que esse é o primeiro desafio, fazer um estudo de alternativas. Cecília explicou que foi justamente isso o que foi feito, e por isso está participando deste GT a METROPLAN e a UFRGS, dessa forma todas as ações serão avaliadas de forma a complementar os projetos a serem executados. Alexandre complementa dizendo que espera esse retorno do resultado da discussão com o GT para que não fique uma discussão independente. Cecília propõe a reativação da CT da erosão interna (com os membros do conselho). Alexandre reforçou que não está colocando em dúvida o GT que está sendo criado, e sim solicitando retorno deste trabalho porque entende ser uma prioridade e pediu que se fizesse uma apresentação dessa compatibilização de projetos e recursos para o conselho, pediu que o conselho seja participado do conjunto de alternativas e sua compatibilidade antes de fazer investimentos de recursos em ações conclusivas. Cecília disse que a ideia era tratar essa questão dentro do plano de manejo, porém por questões cronológicas “descasou” um pouco este GT e as oficinas.

Teresinha Guerra concordou com Alexandre e disse que tem muita informação que as vezes não se encaixam tornando o entendimento confuso, e pediu que se fizesse uma apresentação mais direcionada. Leticia sugeriu uma apresentação para a próxima reunião do Conselho e Cecília sugeriu enviar as informações por e-mail.

Manoel Adam fez uma crítica aos estudos feitos por técnicos que não conhecem “pra que lado corre a água”, falou que: “se desse 5 anos de prazo para o empreendedor resolver o problema da voçoroca, certamente isso seria bem resolvido pois eles tem como fazer e sabem pra que lado corre a água, onde tem que trancar...”. Disse que não vai ser com estudo técnico, com barragem, que já indicaram quantas barragens pra esse banhado e concluíram que não resolveria o problema, então, para ser um serviço mais rápido, pq se for para o Estado vai se gastar mais milhões de reais sem retorno, que quem deve fazer a recuperação é o próprio empreendedor. Letícia lembra que a anos está definido em licença que o empreendedor deve fazer a recuperação e até agora ela não foi feita. Essa proposta do Sr Manoel Adam foi feita lá em 2016, como não aconteceu nenhum movimento o Estado está oferecendo ajuda para viabilizar a recuperação desta área.

Cecília propôs que fosse encaminhado um resumo do que foi tratado no GT para que na próxima reunião esse assunto fosse retomado novamente.

**3.5. – Plano de Manejo (relatos da CT e próximos passos do Planejamento) –** Cecília fez um resumo do andamento do processo até o momento. Em dezembro e janeiro a equipe da FAURGS seguiu fazendo os campos para coletar as informações adicionais, a maioria deles foi acompanhado pela equipe da APABG. Com relação ao planejamento, nesses dois meses, fizemos reuniões frequentes com a equipe da Biolaw. Em reunião com a UFRGS e Biolaw, na presença do coordenador da CT do plano de manejo, havia sido acordado que em 29 de fevereiro o relatório final da socioeconomia seria entregue, porém até o momento não recebemos esse documento e entraremos em contato com a equipe para cobrar a entrega. Esse contrato com a FAURGS tem data de término para 10 de março e por isso foi solicitado aditamento deste para que haja tempo hábil para a entrega e a análise do produto por parte da CT e da equipe técnica de acompanhamento do Plano de Manejo. O MP está acompanhando o andamento do PM através dos relatórios bimensais enviados que mostram o mesmo cronograma que está sendo apresentado na assembleia de hoje. A equipe está ainda em fase de análise dos alvos de conservação do meio biótico pois entende que este deve estar bem consolidado, em breve será marcada uma reunião com a CT de acompanhamento do plano de Manejo para desenhar os alvos definitivamente e fechar essa parte do plano. Segundo o cronograma, as oficinas iniciarão em abril, o que acaba por permitir pouco tempo pra essa parte tão importante do Plano, porém é importante que a Promotora, que está presente, saiba a realidade e as possibilidades desde já, pois provavelmente será necessária uma pequena prorrogação para evitar prejuízos na qualidade do produto final. Esse aditamento não será necessário se as oficinas forem produtivas e objetivas, com zoneamento bem feito, sem muitos conflitos, até abril e maio, porém esperamos discussões alongadas e pouco objetivas.

Tiago disse que durante esse período a CT não se reuniu porque não tinha os produtos para analisar e discutir, mas seguiram acompanhando a equipe técnica em suas reuniões. Entende que este é um cronograma bem achatado por conta dos atrasos da equipe contratada, que até o presente momento não entregou os produtos. Esses estudos deveriam ter sido entregues em dezembro, foi solicitado prazo para entrega em 29 de fevereiro, esse prazo não foi cumprido e até agora estão todos aguardando o estudo. Tiago disse que gostaria de estar chamando no máximo semana que vem, uma reunião da CT pra discutir a forma de trabalho num senário onde não foram ainda entregues os diagnósticos, não temos as oficinas participativas organizadas, e as previsões são para que as 10 oficinas ocorram no mês de abril, o que entende ser muito pouco tempo, além da análise dos produtos pela CT que precisa acontecer para que os mesmos sejam aprovados. Tudo isso precisaria acontecer até a próxima reunião do Conselho para que o plano fosse fechado e pudesse ser entregue ao MP no prazo estabelecido. Pediu que a FAURGS pudesse se manifestar a respeito desse atraso. Disse que não sabemos como esse produto vai chegar com relação a sua qualidade, que não espera um diagnóstico “dos sonhos” neste momento, mas um trabalho com qualidade de informações suficiente para que possa ser usado. Percebeu o esforço e mobilização de muitos, mas no pé em que as coisas se encontram está com dificuldade de saber como conduzir essa continuidade do trabalho dentro da CT.

Promotora Roberta perguntou se houve mais alguma indicação de não repasse de verba pelo estado a FAURGS. Cecília explicou que agora todas as parcelas que deveriam ser pagas já foram e as que faltam dependem de aprovação dos produtos. Roberta perguntou quando deveria ter sido entregue o relatório referido na reunião do conselho de dezembro. Cecília contou que em reunião feita com a contratada, a equipe técnica e a CT, em novembro, foi acordado que as informações seriam entregues a medida que fossem ficando prontas para que pudéssemos ir avaliando parceladamente e que em dezembro entregariam o produto completo, porém por orientação da FAURGS, a equipe não fez o combinado e também não entregou o produto no prazo combinado e nem em janeiro. Em janeiro foi estipulado novo prazo para entrega em 29 de fevereiro, porém novamente não foi cumprido o prazo, e não temos informação do motivo pelo qual isso ocorreu. A Promotora reconheceu a dedicação e empenho de todos e disse que é preciso se tranquilizar, aguardar o produto chegar, avaliar baseados no conhecimento técnico da equipe e depois disso, dependendo do resultado que vier dessa avaliação, se marca uma reunião com o MP e se pensa o que fazer, mas é importante manter o objetivo de entrega em maio.

Alexandre Krob falou que o papel do MP é pressionar para que esse plano seja executado, porém, esse posicionamento, de avaliar o cronograma e admitir os fatos é uma postura sensata. Porém há que se admitir que de novembro para cá, na prática, pouquíssima coisa mudou. A elaboração do plano não é exclusivamente dependente do resultado do diagnóstico da socioeconomia. É uma parte importante do Plano, que a CT está a bastante tempo informando que não está suficiente, e que talvez não fique suficiente, mas não podemos depender disso. Na reunião passada tínhamos feito uma serie de considerações e sugestões de abordagem, inclusive ajustes metodológicos que precisam ser feitos para tentar trabalhar com esses desafios que estão postos agora, e no seu entendimento pouco se avançou neste sentido. Disse que é preciso esclarecer quais os passos avançaram e estão totalmente concluídos, e quais os que precisam de foco e esforço. A CT, que recebeu do grupo autonomia para acompanhar o processo, só está dando informações de aflição, apontando uma série de dificuldades, por isso ficam intranquilos, mesmo que ninguém esteja esperando mais que o mínimo deste plano. Se o plano não der conta do mínimo necessário para o uso e conservação, a posição do conselho terá que ser cautelar. Alexandre acha que o conselho deveria, a partir de novembro, estar trabalhando com uma intensidade maior, que 10 oficinas em um mês não tem condição de acontecer de forma a contento, e entende que algumas soluções de processo devem ser dadas imediatamente.

Tiago, reforçou que a preocupação da CT é com a qualidade e prazos do trabalho da Socioeconomia, que da parte da equipe técnica e CT, o trabalho está sendo feito com esforço no objetivo de finalizar o plano no prazo e com qualidade. Também concorda com Alexandre Krob que fazendo as 10 oficinas em um mês é muito complicado de se ter um bom resultado.

Roberta, olhou o quadro do cronograma feito por Tiago, onde aparecem várias reuniões da CT distribuídas ao longo do tempo e perguntou se a organização das oficinas já estão sendo pensadas. Tiago explicou para a Promotora que esta CT já existe a muito tempo e tem a função de dar suporte e acompanhar o andamento do Plano de Manejo.

Roberta reformulou a pergunta. Quis saber se as oficinas participativas já foram pensadas e planejadas, Quem vai participar, onde será, formato, método,... Cecília explicou que essa função é da consultoria prestada pela Biolaw que foi contratada para fazer o planejamento. Roberta perguntou o quanto o produto da socioeconomia influencia no planejamento e finalização do plano. Alexandre Krob explicou que o trabalho do planejamento é cruzar as informações ambientais com as socioeconômicas do território para definir diretrizes e zonas de uso. A falta do diagnóstico socioeconômico nos impede de iniciar o cruzamento que dará origem a esse regramento, a avaliação do diagnóstico dirá se ele tem elementos suficientes para permitir o estabelecimento de regramento eficiente para o interior da APA. Letícia disse que esperam informações da socioeconomia para fazer o zoneamento que não pode ser feito apenas com as informações do meio biótico. Roberta pergunta novamente se não é possível adiantar nada. Cecília disse que a equipe de coordenação juntamente com a consultoria do planejamento está adiantando tudo o que é possível e convida a CT para participar dessa construção de base.

Alexandre sugeriu como encaminhamento uma reunião extraordinária em abril como pauta única sobre o plano de manejo para apresentação do estado técnico do trabalho para dar tempo do conselho fazer suas considerações antes do fechamento do trabalho. Cecília disse que no início de abril está previsto um workshop e sugere que a reunião extraordinária ocorra após esse workshop para que o conselho já possa se inteirar do resultado deste. O conselho votou a favor por unanimidade.

**3.6. – CEAUT solicita análise de traçado de nova Linha de Transmissão (LT CPFL TRANSMISSAO SUL II S.A.) –**

Foi solicitado um parecer à equipe da APABG, com um prazo muito curto, a respeito de uma linha de transmissão de 230kv da CPFL, solicitamos ao CEAUT que sanasse algumas dúvidas, entre elas se esse não seria um caso de apresentação de EIA/RIMA. Esta linha de transmissão segue um traçado muito parecido com uma LT da ELETROSSUL que já foi aprovada neste conselho. Caso o licenciamento deste empreendimento seja dependente apenas de um Relatório Ambiental Simplificado - RAS, a equipe da APA pensa em avaliar o traçado a partir dos alvos que estão se desenhando para o Plano de Manejo. Alexandre Krob informou que baseado na potencia informada este é um caso que exige EIA, e entende que por estar no interior de uma UC, este deve ser um procedimento inquestionável, sugeriu que a pesar de já existirem algumas diretrizes que vão facilitar o posicionamento da equipe técnica e conselho na análise, se exija a apresentação do EIA/RIMA. Letícia informou que Cecilia solicitou manifestação da FEPAM, mas não obtivemos a resposta até o presente momento. A equipe vai aguardar retorno.

Tiago citou a resolução CONAMA 01/1986 que diz que o EIA/RIMA só é obrigatório para LT a cima de 230kv. Alexandre disse que por estar a potencia no limite máximo e que por estar dentro de uma UC não devemos abrir mão da precaução, mas por tudo o que já se tem discutido por conta das linhas anteriores, o posicionamento a respeito desse empreendimento deve ser mais rápido. Alexandre sugeriu que o conselho emita um documento a FEPAM solicitando exigência de EIA/RIMA para esse empreendimento. Marcelo ROSA informou que de acordo com a Resolução CONSEMA 372/2018, a distância da LT influencia na definição de necessidade de EIA.

Daniela alertou que esse processo é posterior a regulamentação do novo Código Estadual de Meio Ambiente e que por isso seria mais prudente aguardar a manifestação da FEPAM. Letícia disse que como é um empreendimento de interesse social e o prazo é curto, talvez não dê tempo de aguardar o posicionamento da FEPAM. Leticia colocou em votação a sugestão de emitir um documento do Conselho a FEPAM solicitando EIA/RIMA para esse empreendimento e o resultado da votação foi o seguinte: 10votos a favor, 4 votos contra e 3 abstenções.

Nos assuntos gerais sugeriu-se que já que a reunião de fevereiro foi adiada para março, então se faça a próxima reunião ordinária em abril, conforme deveria ser, e segue normalmente até o final do ano conforme previsão (maio, jul, set, nov), Além das assembleias ordinárias, também será chamada uma assembleia extraordinária (sugestão de Alexandre Krob 22 de abril) logo após o workshop que deverá ocorrer no início de abril, e sempre que necessário será chamado o conselho a se reunir extraordinariamente por ocasião do fechamento do Plano de Manejo.

Letícia Rolim (SEMA) perguntou se alguém tem alguma pauta para apresentar nos assuntos gerais, ninguém se manifestou.

Não havendo nada mais a ser acrescentado, a Presidente do Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande, Letícia Rolim Vianna, encerrou a reunião agradecendo a presença de todos, e eu, Letícia Rolim Vianna, lavrei a presente ata.